

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65****ATIVIDADES DIVERSAS****1 - Enquadramento e Instrumento Técnico utilizado no Licenciamento Ambiental**

No Quadro 1 abaixo, constam estudos ambientais para os respectivos portes para as atividades alvo da presente Instrução Normativa (IN). Ressalta-se que o Quadro 1 é ilustrativo, devendo-se seguir a Resolução Consema vigente no caso de sua atualização.

Quadro 1: Atividades licenciadas com base na IN-65, incluindo os portes e indicação dos respectivos estudos ambientais quando necessários, conforme Resolução Consema nº 250/2024.

CÓDIGO	ATIVIDADE	PORTE			
		MÍNIMO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
01.70.02	Uso múltiplo da pequena propriedade rural (contendo mais de uma atividade passível de licenciamento ambiental)	-	$AU(3) \leq 30$ (RAP)	-	-
03.33.00	Malacocultura	-	$AU(5) \leq 5$ (LAU)	$5 < AU(5) < 30$ (RAP)	$AU(5) \geq 30$ (RAP)
03.33.01	Algicultura e Equinodermocultura	-	$AU(5) \leq 10$ (LAU)	$10 < AU(5) < 40$ (RAP)	$AU(5) \geq 40$ (RAP)
03.34.00	Laboratório de produção pós-larva	-	$CP \leq 40.000.000$ (LAU)	$40.000.000 < CP < 80.000.000$ (LAU)	$CP \geq 80.000.000$ (LAU)
03.34.02	Laboratório de produção de sementes	-	$CP \leq 40.000.000$ (LAU)	$40.000.000 < CP < 80.000.000$ (LAU)	$CP \geq 80.000.000$ (LAU)
03.35.00	Unidades de beneficiamento de moluscos bivalves	-	$0,05 < AU(3) \leq 0,08$ (RAP)	$0,08 < AU(3) < 1$ (RAP)	$AU(3) \geq 1$ (RAP)
33.10.00	Instalação de ferrovias	-	$L \leq 1$ (EAS)	$1 < L < 5$ (EAS)	$L \geq 5$ (EIA)
33.13.00	Reservatórios artificiais para usos múltiplos que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais	-	$3 \leq AIN \leq 5$ (LAU)	$5 < AIN < 50$ (RAP)	$AIN \geq 50$ (EAS)
33.13.03	Barragem ou reservatório artificial de usos múltiplos que decorram de barramento ou represamento em cursos d'água naturais	-	$AIN \leq 20$ (RAP)	$20 < AIN < 100$ (EAS)	$AIN \geq 100$ (EIA)
33.13.12	Molhes, guias de correntes e enrocamentos para controle de erosão costeira	-	$L \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < L < 0,5$ (RAP)	$L \geq 0,5$ (EAS)
33.13.13	Diques	-	$L \leq 2$ (EAS)	$2 < L < 5$ (EIA)	$L \geq 5$ (EIA)
33.13.21	Transposição de bacia	-	$L \leq 0,1$ (EAS)	$0,1 < L < 0,5$ (EIA)	$L \geq 0,5$ (EIA)
33.20.01	Desassoreamento mecanizado de cursos d'água, exceto por draga	-	$1 \leq L \leq 5$ (RAP)	$5 < L < 10$ (EAS)	$L \geq 10$ (EAS)
33.30.00	Macrodrenagem	-	$100 \leq ABH \leq 200$ (RAP)	$200 < ABH < 400$ (EAS)	$ABH \geq 400$ (EIA)
34.11.00	Produção de energia termoeletrica	-	$P \leq 10$ (EAS)	$10 < P < 70$ (EIA)	$P \geq 70$ (EIA)
34.11.03	Usina de energia solar termoeletrica	-	$P \leq 10$ (EAS)	$10 < P < 30$ (EAS)	$P \geq 30$ (EAS)
34.11.04	Produção de energia solar fotovoltaica no solo	-	$3 \leq AE(3) \leq 10$ (RAP)	$10 < AE(3) < 30$ (RAP)	$AE(3) \geq 30$ (EAS)
34.11.05	Produção de energia termoeletrica a partir de gás natural	-	$P \leq 10$ (EAS)	$10 < P < 100$ (EAS)	$P \geq 100$ (EIA)



CÓDIGO	ATIVIDADE	PORTE			
		MÍNIMO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
34.11.10	Planta piloto para produção de energia elétrica por período de até 48 meses	-	$P \leq 1$ (RAP)	$1 < P \leq 2$ (RAP)	-
34.15.00	Subestação de transmissão de energia elétrica	-	$AU(3) \leq 1,0$ (EAS)	$1,0 < AU(3) < 2,0$ (EAS)	$AU(3) \geq 2,0$ (EAS)
34.20.00	Unidade de produção de gás e biogás, com ou sem aproveitamento energético	-	$Q(1) \leq 500$ (RAP)	$500 < Q(1) < 2000$ (RAP)	$Q(1) \geq 2000$ (EAS)
34.31.00	Captação, adução ou tratamento de água bruta superficial para abastecimento público	$Q(2) < 15$ (LAU)	$15 \leq Q(2) \leq 50$ (RAP)	$50 < Q(2) < 400$ (RAP)	$Q(2) \geq 400$ (EAS)
34.31.01	Adução ou tratamento de água bruta subterrânea para abastecimento público	-	$15 \leq Q(2) \leq 50$ (RAP)	$50 < Q(2) < 400$ (RAP)	$Q(2) \geq 400$ (EAS)
34.31.10	Sistema de coleta e tratamento de efluentes industriais	-	$Q \leq 100$ (EAS)	$100 < Q < 300$ (EAS)	$Q \geq 300$ (EIA)
34.41.09	Tratamento de resíduos sólidos urbanos e seus derivados, por processos térmicos, com ou sem aproveitamento energético	-	$QMR \leq 1500$ (EAS)	$1500 < QMR < 3000$ (EAS)	$QMR \geq 3000$ (EAS)
34.41.13	Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos resíduos domiciliares	-	$QT \leq 30$ (RAP)	$30 < QT < 50$ (RAP)	$QT \geq 50$ (EAS)
34.41.14	Unidade de redução microbiana (processo por microondas ou autoclavagem) de resíduos de serviços de saúde	-	$QT \leq 2$ (EAS)	$2 < QT < 5$ (EAS)	$QT \geq 5$ (EAS)
34.41.16	Central de triagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, oriundos de coleta seletiva	$QT < 5$ (LAU)	$5 \leq QT \leq 30$ (RAP)	$30 < QT < 50$ (RAP)	$QT \geq 50$ (RAP)
34.41.17	Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos	-	$15 < QMR \leq 900$ (RAP)	$900 < QMR < 1500$ (RAP)	$QMR \geq 1500$ (EAS)
43.40.00	Postos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, vazias ou contendo resíduos	Porte Único (LAU)			
43.50.10	Central de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, vazias ou contendo resíduos	-	$0,04 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) < 0,2$ (RAP)	$AU(3) \geq 0,2$ (RAP)
47.51.00	Transporte por oleodutos, gasodutos e minerodutos	-	$L \leq 100$ (EIA)	$100 < L < 400$ (EIA)	$L \geq 400$ (EIA)
47.51.10	Ramais para transporte de combustíveis	-	$0,1 \leq L \leq 5$ (RAP)	$5 < L < 30$ (EAS)	$L \geq 30$ (EAS)
47.51.20	Ramais para distribuição de gás natural, exceto quando em áreas urbanas ou em faixa de domínio de infraestruturas viárias já implantadas	$< 5$ (LAU)	$5 \leq L \leq 30$ (RAP)	$30 < L < 150$ (RAP)	$L \geq 150$ (EAS)
47.82.01	Aeroportos	-	$Pax \leq 600.000$ (EAS)	$600.000 < Pax < 1.500.000$ (EIA)	$Pax \geq 1.500.000$ (EIA)
47.82.03	Aeródromo	-	$AU(3) \leq 10$ (RAP)	$10 < AU(3) < 50$ (RAP)	$AU(3) \geq 50$ (EAS)
56.11.00	Hospitais e maternidades	-	$NL \leq 80$ (RAP)	$80 < NL < 200$ (RAP)	$NL \geq 200$ (RAP)
56.11.01	Laboratório de análises de serviços de saúde humana ou animal, exceto locais exclusivos de coleta	Porte Único (LAU)			
56.20.00	Hospitais para animais e Centro de Zoonoses	-	$0,05 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) < 0,2$ (RAP)	$AU(3) \geq 0,2$ (RAP)
71.00.00	Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos.	Porte Único (LAU)			
71.01.00	Laboratórios de prestação de serviços de análises biológicas, físicas, físico-químicas, excluídas as unidades laboratoriais temporárias	Porte Único (LAU)			



CÓDIGO	ATIVIDADE	PORTE			
		MÍNIMO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
71.30.00	Unidade de reciclagem de resíduos Classe I	-	$QMR \leq 300$ (RAP)	$300 < QMR < 900$ (EAS)	$QMR \geq 900$ (EIA)
71.30.01	Unidade de reciclagem de resíduos Classe IIB	$QMR < 150$ (LAU)	$150 \leq QMR \leq 900$ (RAP)	$900 < QMR < 1500$ (RAP)	$QMR \geq 1500$ (RAP)
71.30.02	Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A	$QMR < 150$ (LAU)	$150 \leq QMR \leq 900$ (RAP)	$900 < QMR < 1500$ (EAS)	$QMR \geq 1500$ (EAS)
71.30.03	Unidade de reciclagem de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo	-	$AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) < 0,15$ (RAP)	$AU(3) \geq 0,15$ (EAS)
71.40.02	Unidade móvel de tratamento de resíduos, sem que ocorra emissão de efluentes gasosos	Porte Único (LAU)			
71.60.01	Armazenamento temporário de resíduos industriais de Classe I	-	$AU(3) \leq 0,01$ (EAS)	$0,01 < AU(3) < 0,1$ (EAS)	$AU(3) \geq 0,1$ (EAS)
71.60.02	Armazenamento temporário de resíduos industriais classes IIA, exceto eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo	-	$AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) \leq 0,15$ (RAP)	$AU(3) > 0,15$ (EAS)
71.60.06	Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil	-	$QMR \leq 1500$ (RAP)	$1500 < QMR < 3000$ (RAP)	$QMR \geq 3000$ (EAS)
71.60.07	Unidade de mistura e pré-condicionamento de resíduos industriais Classe I e Classe IIA para fins de coprocessamento	-	$QMR \leq 3000$ (EAS)	$3000 < QMR \leq 12000$ (EAS)	$QMR > 12000$ (EAS)
71.60.08	Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo	-	$0,03 < AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) \leq 0,15$ (RAP)	$AU(3) > 0,15$ (EAS)
71.60.12	Unidade de triagem de resíduos de construção civil e volumosos, com área de reservação	-	$QMR \leq 1500$ (RAP)	$1500 < QMR \leq 3000$ (RAP)	$QMR > 3000$ (EAS)
71.60.13	Armazenamento temporário de resíduos Classe IIB	$AU(3) < 0,05$ (LAU)	$0,05 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP)	$0,1 < AU(3) \leq 0,15$ (RAP)	$AU(3) > 0,15$ (RAP)
71.60.14	Recuperação energética de resíduos em caldeiras à biomassa, conforme Subseção XVIII da Resolução Consema nº 190 de 1 de abril de 2022	Porte Único (LAU)			
71.60.15	Planta piloto para tratamento de resíduos sólidos e seus derivados, por meio de processos térmicos, com ou sem reaproveitamento energético, por período de até 48 meses	-	$QMR \leq 6$ (RAP)	-	-
71.90.02	Crematórios	-	$AU(3) \leq 0,1$ (EAS)	$0,1 < AU(3) < 0,5$ (EAS)	$AU(3) \geq 0,5$ (EAS)
71.91.00	Serviços de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia, localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade	-	$AU(9) \leq 0,005$ (LAU)	$0,005 < AU(9) \leq 0,01$ (RAP)	$AU(9) > 0,01$ (RAP)

**Legenda:**

ABH = área de contribuição da bacia hidrográfica (ha)

AIN = área inundada (ha)

AE(3) = área edificada dos painéis fotovoltaicos (em hectares)

LAU = licença ambiental única

AU(3) = área útil geral (ha)

AU(5) = área útil para Parque Aquícola (ha)

AU(9) = área útil para atividades de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia (ha)

CP = capacidade instalada por ciclo de produção

EAS = estudo ambiental simplificado

EIA = estudo de impacto ambiental

L = comprimento (km)

NL para hospital = número de leitos em hospitais é considerado como a capacidade de pacientes do hospital.

P = potência instalada (MW)

Pax = número de passageiros por ano (embarcados e desembarcados)



Q = vazão máxima prevista (l/s)

Q(1) = vazão de bombeamento (m<sup>3</sup>/h)

Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)

QMR = quantidade média mensal de resíduos (t/mês)

QT = quantidade média de resíduos (t/dia)

RAP = relatório ambiental prévio



## 2 - Instruções Específicas

2.1. Esta versão da IN-65 inclui nomenclaturas, procedimentos, estudos, licenças ambientais entre outros critérios previstos na Lei Federal nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental).

2.2. A IN-65 apresenta a documentação, incluindo estudos, projetos, planos e programas ambientais a serem apresentados para o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que não possuem uma Instrução Normativa específica, tendo, assim, caráter mais generalista. Ressalta-se que, conforme as peculiaridades e características da atividade ou empreendimento, documentos, informações e/ou estudos poderão ser solicitados ou dispensados justificadamente pelo IMA.

2.3. Além do disposto nesta IN-65, as orientações e critérios constantes na Instrução Normativa 0 (IN-0) também devem ser seguidos.

2.4. O Relatório de Controle Ambiental (RCA) a ser apresentado para pedido de Licença Ambiental Única (LAU) seguirá o termo de referência de RAP. Para pedido de Licença de Operação Corretiva (LOC), o RCA seguirá o termo de referência do estudo ambiental correlato (RAP, EAS ou EIA).

2.5. O Plano de Controle Ambiental (PCA) a ser apresentado para requerimento de LAU e LOC deve conter os seguintes itens:

- a. Plano de operação da atividade e seus controles ambientais acompanhado de fluxograma e descrição textual detalhada da operação subscrito pelo(s) responsável(is) por sua elaboração.
- b. Projeto com memorial descritivo e de cálculo e plantas do empreendimento e seus controles ambientais (terraplenagem, coleta e tratamento de efluentes, drenagem pluvial, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, entre outros). As plantas devem incluir a delimitação da área do empreendimento, incluindo as APP e outras áreas de restrição ambiental existentes. Para LOC, o projeto deve ser as built.
- c. Para LAU, projeto básico com memorial descritivo das obras. Minimamente, deve-se apresentar: (i) as atividades e métodos construtivos que merecem ser citados para evitar/mitigar impactos ambientais (por exemplo, terraplanagens, áreas de empréstimo e bota-fora, detonações de rocha, drenagens provisórias, rebaixamento de lençol freático, contenções de taludes, construção de ensecadeiras, etc); (ii) as estruturas de controle ambiental durante a fase de instalação considerando os impactos das atividades e métodos de instalação (por exemplo, coleta e tratamento de efluentes, proteção de cursos hídricos, APPs e vegetação, carreamento de solo, emissão de particulados, derrame de combustíveis, entre outros); (iii) planta baixa georreferenciada do canteiro de obras indicando as suas unidades constituintes e estruturas de controle ambiental.
- d. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração dos projetos na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- e. Planos e programas ambientais detalhados a nível executivo para a fase de instalação e operação para LAU, e somente operação para LOC. Os planos devem conter os objetivos, as metodologias empregadas, os parâmetros de análise, normas/legislações de referência, a periodicidade de análises e a forma de apresentação dos resultados. Não serão aceitos planos genéricos que não considerem a realidade do empreendimento.
- f. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração dos planos e programas ambientais na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.





### 3 - Documentação necessária para o licenciamento

#### Licença Prévia (LP)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não for o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de sociedade ou do contrato social registrado quando se tratar de sociedade de quotas de responsabilidade limitada.
- c. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- d. Transcrição ou matrícula do cartório de registro de imóveis dentro do prazo de validade ou documento assinado que comprove a posse ou possibilidade de uso do imóvel. Quando constatada a impossibilidade de comprovação da posse ou propriedade do imóvel em casos que dependam de decreto de utilidade pública, regularização fundiária ou acordo com o vigente proprietário/posseiro, deverá ser firmada Declaração de Responsabilidade e Compromisso, conforme o Anexo I da Portaria IMA nº 106/2021.
- e. Manifestação do órgão ambiental municipal ou setor com competência equivalente no município em relação à instalação da atividade conforme disposto no artigo 5º parágrafo único da Resolução CONAMA nº 237/1997.
- f. Manifestação da concessionária de abastecimento público de água relativa às restrições ou afastamentos mínimos do ponto de captação no caso de empreendimentos à montante do ponto de captação de água para abastecimento público. Deve-se atentar para o caso da captação ser em outro município cuja prestação do serviço seja feita por outra concessionária.
- g. Manifestação em relação à outorga emitida pelo órgão competente nos casos de lançamento de efluente tratado em curso hídrico ou captação de água.
- h. Documento atestando a viabilidade de abastecimento de água a partir do sistema público emitido pelo prestador de serviço público de saneamento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- i. Documento atestando a existência de rede coletora pública e a viabilidade de lançamento de esgoto emitido pelo prestador de serviço público de saneamento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- j. Comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) quando se tratar de área rural.
- k. Estudo ambiental correlato (RAP, EAS ou EIA).
- l. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(ais) habilitado(s) pela elaboração do estudo ambiental correlato no qual estejam descritas claramente as atividades realizadas por cada profissional.
- m. Protocolo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) comprovando a entrega da Ficha de Caracterização da Atividade para empreendimentos que prevejam intervenção ou impacto direto em bem cultural acautelado conforme legislação vigente.
- n. Arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área a ser licenciada), na projeção UTM (Zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- o. Planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área a ser licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m²) das informações representadas.
- p. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.
- q. Comprovante de publicação do requerimento de licença prévia, no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.

#### Licença de Instalação (LI)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o



empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.

- b. Manifestação assinada pelo(s) proprietário(s) atingido(s) atestando conhecimento da instalação do empreendimento ou decreto de utilidade pública para fins de desapropriação do(s) imóvel(is), quando couber.
- c. Manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos casos de empreendimentos que prevejam intervenção ou impacto direto em bem cultural acautelado conforme legislação vigente.
- d. Certidão de aforamento expedida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), quando couber.
- e. Cessão de uso de águas públicas expedida pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU ou outro órgão competente, quando couber.
- f. Outorga de direito de uso de recursos hídricos ou dispensa de outorga emitida pelo órgão competente, nos casos de lançamento de efluente tratado em curso hídrico, captação de água e/ou quando houver interferência no corpo hídrico na fase de instalação.
- g. Projeto com memorial descritivo e de cálculo e plantas do empreendimento e seus controles ambientais (coleta e tratamento de efluentes, drenagem pluvial, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, entre outros). As plantas devem incluir a delimitação da área do empreendimento, incluindo as APP e outras áreas de restrição ambiental existentes.
- h. Projeto com memorial descritivo das obras. Minimamente, deve-se apresentar: (i) as atividades e métodos construtivos que merecem ser citados para evitar/mitigar impactos ambientais (por exemplo, terraplanagens, áreas de empréstimo e bota-fora, detonações de rocha, drenagens provisórias, rebaixamento de lençol freático, contenções de taludes, construção de ensecadeiras, etc); as estruturas de controle ambiental durante a fase de instalação considerando os impactos das atividades e métodos de instalação (por exemplo, coleta e tratamento de efluentes, proteção de cursos hídricos, APPs e vegetação, minimização de carreamento de solo, emissão de particulados e derrame de combustíveis, entre outros); (iii) planta baixa georreferenciada do canteiro de obras indicando as suas unidades constituintes e estruturas de controle ambiental.
- i. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho profissional, dos profissionais habilitados pela elaboração dos projetos na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- j. Planos e programas ambientais detalhados a nível executivo para a fase de instalação. Os planos e programas devem conter os objetivos, as metodologias empregadas, os parâmetros de análise, normas/legislações de referência, a periodicidade de análises e a forma de apresentação dos resultados. Não serão aceitos planos e programas genéricos que não considerem a realidade do empreendimento a ser instalado. Deverão ser apresentados minimamente os planos e programas ambientais estabelecidos na LP.
- k. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho profissional, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração dos planos e programas ambientais na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- l. Plano Básico Ambiental (PBA) para empreendimentos sujeitos a EIA.
- m. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho profissional, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração dos Plano Básico Ambiental (PBA) na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- n. Arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área licenciada), na projeção UTM (zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- o. Planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais que serão executados na fase de instalação; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m<sup>2</sup>) das informações representadas.
- p. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.
- q. Cronograma físico de execução das obras. Empreendimentos sujeitos a EIA devem apresentar cronograma físico-financeiro acrescido do valor do imóvel subscrito por profissional habilitado conforme Portaria IMA nº 41/2018.
- r. Comprovante de publicação de concessão da licença prévia no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.



5. Comprovante de publicação do requerimento de licença de instalação nos casos de empreendimentos sujeitos a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.

### **Renovação de Licença de Instalação (LAI)**

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Relatório técnico comprovando o cumprimento do conteúdo da licença de instalação. Deve também ser declarado que não houve ampliação/alteração do empreendimento relativo ao aprovado na LI, acompanhado de relatório fotográfico. No caso de ampliação/alteração ou não atendimento à licença, isso deve ser devidamente justificado.
- c. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do Relatório técnico de cumprimento da LI na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- d. Relatório técnico comprovando o cumprimento do conteúdo da autorização de corte (AuC), caso tenha sido emitida uma AuC vinculada à LI anterior.
- e. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do Relatório técnico de cumprimento da AuC na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- f. Cronograma físico atualizado, contemplando obras já executadas e a executar.
- g. Comprovante de publicação da concessão da licença de instalação no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- h. Comprovante de publicação do requerimento de renovação da licença de instalação no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.

### **Licença de Operação (LO)**

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Outorga de direito de uso de recursos hídricos ou dispensa de outorga emitida pelo órgão competente, nos casos de lançamento de efluente tratado em curso hídrico e/ou captação de água.
- c. Demonstrativo financeiro dos custos efetivos de instalação do empreendimento subscrito por profissional habilitado, no caso de empreendimentos sujeitos a EIA.
- d. Manifestação conclusiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos casos de empreendimentos que prevejam intervenção ou impacto direto em bem cultural acautelado conforme legislação vigente.
- e. Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento de todo o conteúdo da licença anterior, acompanhado de relatório fotográfico. No caso de não atendimento à licença, isso deve ser devidamente justificado. No caso de ampliação/alteração previamente licenciada, deve-se também comprovar o cumprimento de todo o conteúdo da LO anterior.
- f. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do Relatório técnico na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- g. Relatório técnico comprovando o cumprimento de todo o conteúdo da autorização de corte (AuC), caso tenha sido emitida uma AuC vinculada à LI.
- h. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do Relatório técnico de cumprimento da AuC na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- i. Planos e programas ambientais detalhados a nível executivo para a fase de operação. Os planos e programas devem conter os objetivos, as metodologias empregadas, os parâmetros de análise, normas/legislações de referência, a periodicidade de análises e a forma de apresentação dos resultados.





Não serão aceitos planos genéricos que não considerem a realidade do empreendimento.

- j. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração dos planos e programas ambientais na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- k. Plano de operação da atividade e seus controles ambientais acompanhado de fluxograma e descrição textual detalhada da operação subscrito pelo(s) responsável(is) por sua elaboração.
- l. Comprovante de publicação da concessão da licença de instalação nos casos de empreendimentos sujeitos a EIA. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- m. Comprovante de publicação do requerimento de licença de operação no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de trinta (30) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- n. Para empreendimentos geradores e/ou operadores de resíduos perigosos, conforme critérios estabelecidos nos arts. 68 e 70 do Decreto Federal nº 10.936/2022: demonstrações financeiras do último exercício social; a certidão negativa de falência; e a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos.
- o. Para empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre a cobertura e os limites máximos de contratação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (art. 71, Decreto Federal nº 10.936/2022).
- p. Arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área licenciada), na projeção UTM (zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- q. Planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m<sup>2</sup>) das informações representadas.
- r. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.

### Renovação de Licença de Operação (LO)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Cessão de uso de águas públicas expedida pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU ou outro órgão competente, quando couber.
- c. Certificado de regularidade do cadastro ambiental legal, caso couber. Ver orientações disponíveis no site <http://www.cadastroambientallegal.sc.gov.br>
- d. Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento de todo o conteúdo da licença de operação, acompanhado de relatório fotográfico e de declaração de que não houve ampliação/alteração do empreendimento. Caso tenha ocorrido alguma alteração ou não atendimento à licença, isso deve ser devidamente justificado.
- e. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração do Relatório técnico na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- f. Comprovante de publicação da concessão da licença de operação no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- g. Comprovante de publicação do requerimento de renovação da licença de operação no caso de empreendimentos sujeitos a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de trinta (30) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente.
- h. Para empreendimentos geradores e/ou operadores de resíduos perigosos, conforme critérios estabelecidos nos arts. 68 e 70 do Decreto Federal nº 10.936/2022: demonstrações financeiras do último exercício social; a certidão negativa de falência; e a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos.



- i. Para empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre a cobertura e os limites máximos de contratação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (art. 71, Decreto Federal nº 10.936/2022).
- j. No caso de ter ocorrido ampliação/alteração, arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área licenciada), na projeção UTM (zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- k. No caso de ter ocorrido ampliação/alteração, apresentar planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m²) das informações representadas.
- l. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.
- m. Documentação de responsabilidade técnica emitida pelo conselho de classe do(s) profissional(ais) habilitado(s) pelo acompanhamento da atividade e seus controles ambientais após a renovação da licença, na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.

### Licença de Operação Corretiva (LOC)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de sociedade ou do contrato social registrado quando se tratar de sociedade de quotas de responsabilidade limitada.
- c. Transcrição ou matrícula do cartório de registro de imóveis dentro do prazo de validade ou documento assinado que comprove a posse ou possibilidade de uso do imóvel.
- d. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- e. Manifestação do órgão ambiental municipal ou setor com competência equivalente no município em relação à operação da atividade conforme disposto no art. 5º parágrafo único da Resolução CONAMA nº 237/1997.
- f. Manifestação da concessionária de abastecimento público de água relativa às restrições ou afastamentos mínimos do ponto de captação no caso de empreendimentos à montante do ponto de captação de água para abastecimento público. Deve-se atentar para o caso da captação ser em outro município cuja prestação do serviço seja feita por outra concessionária.
- g. Documento atestando a viabilidade de abastecimento de água a partir do sistema público emitido pelo prestador de serviço público de saneamento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- h. Documento atestando a existência de rede coletora pública e a viabilidade de lançamento de esgoto emitido pelo prestador de serviço público de saneamento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- i. Comprovante de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) quando se tratar de área rural.
- j. Certidão de aforamento expedida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), quando couber.
- k. Cessão de uso de águas públicas expedida pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU ou outro órgão competente, quando couber.
- l. Outorga de direito de uso de recursos hídricos ou dispensa de outorga emitida pelo órgão competente, nos casos de lançamento de efluente tratado em curso hídrico e/ou captação de água.
- m. Relatório de Controle Ambiental (RCA) contendo, além do conteúdo do estudo ambiental correlato (RAP, EAS ou EIA), os seguintes itens: (i) diagnóstico da área antes da instalação/operação, sempre que possível; (ii) avaliação dos impactos gerados pela instalação e operação, incluindo riscos; e (iii) medidas de controle, mitigação, compensação e readequação.
- n. No caso de empreendimentos sujeitos a RCA cujo conteúdo seja equivalente a EIA, avaliação mercadológica assinada por profissional habilitado, com os custos de investimento de capital atualizados, excluídos os impostos, taxas e juros, ou balanço financeiro oficial discriminando os ativos imobilizados,



em ambos os casos incluindo o valor do imóvel conforme estabelecido pelo IMA.

- o. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração do RCA na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas por cada profissional.
- p. Plano de controle ambiental (PCA) conforme detalhado na seção Instruções Específicas.
- q. Comprovante de publicação do requerimento de licença de operação corretiva no caso de empreendimentos sujeitos a RCA cujo conteúdo seja equivalente a EIA. O comprovante deve ser apresentado ao IMA no prazo de trinta (30) dias, sendo que a publicação deve apresentar data posterior à da entrega da documentação pertinente. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- r. Para empreendimentos geradores e/ou operadores de resíduos perigosos, conforme critérios estabelecidos nos arts. 68 e 70 do Decreto Federal nº 10.936/2022: demonstrações financeiras do último exercício social; a certidão negativa de falência; e a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos.
- s. Para empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre a cobertura e os limites máximos de contratação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (art. 71, Decreto Federal nº 10.936/2022).
- t. Arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área a ser licenciada), na projeção UTM (Zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- u. Planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área a ser licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m<sup>2</sup>) das informações representadas.
- v. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.

### Licença Ambiental Única (LAU)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de sociedade ou do contrato social registrado quando se tratar de sociedade de quotas de responsabilidade limitada.
- c. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- d. Transcrição ou matrícula do cartório de registro de imóveis dentro do prazo de validade ou documento assinado que comprove a posse ou possibilidade de uso do imóvel.
- e. Manifestação do órgão ambiental municipal ou setor com competência equivalente no município em relação à instalação da atividade conforme disposto no artigo 5º parágrafo único da Resolução CONAMA nº 237/1997.
- f. Manifestação da concessionária de abastecimento público de água relativa às restrições ou afastamentos mínimos do ponto de captação no caso de empreendimentos à montante do ponto de captação de água para abastecimento público. Deve-se atentar para o caso da captação ser em outro município cuja prestação do serviço seja feita por outra concessionária.
- g. Documento atestando a existência de rede coletora pública e a viabilidade de lançamento de esgoto emitido pelo prestador de serviço público de saneamento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- h. Outorga de direito de uso de recursos hídricos ou dispensa de outorga emitida pelo órgão competente, nos casos de lançamento de efluente tratado em curso hídrico e/ou captação de água.
- i. Certidão de viabilidade emitida pela prestadora de serviço público de abastecimento de água para o fornecimento, considerando a vazão estimada para as fases de instalação (se houver) e operação.
- j. Cessão de Uso de Águas Públicas expedida pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU ou outro órgão competente, quando couber.
- k. Arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área a



ser licenciada), na projeção UTM (Zona 22S) e datum SIRGAS2000.

- l. Planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área a ser licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m<sup>2</sup>) das informações representadas.
- m. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.
- n. Para empreendimentos geradores e/ou operadores de resíduos perigosos, conforme critérios estabelecidos no art. 68 e 70 do Decreto Federal nº 10963/2022: demonstrações financeiras do último exercício social; a certidão negativa de falência; e a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos.
- o. Relatório de Controle Ambiental (RCA) conforme termo de referência de RAP.
- p. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração do RCA na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas por cada profissional.
- q. Plano de controle ambiental (PCA) conforme detalhado na seção Instruções Específicas.

### Renovação de Licença Ambiental Única (LAU)

- a. Procuração assinada para representação do interessado, caso o requerente da licença não seja o empreendedor. Ver modelo no site do IMA na seção Manuais e Formulários.
- b. Certificado de regularidade do cadastro ambiental legal, caso couber. Ver orientações disponíveis no site <http://www.cadastroambientallegal.sc.gov.br>
- c. Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento de todo o conteúdo da LAU anterior, acompanhado de relatório fotográfico e de declaração de que não houve ampliação/alteração do empreendimento. No caso de não atendimento à LAU, isso deve ser devidamente justificado.
- d. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho profissional, do(s) profissional(is) habilitado(s) para a elaboração do relatório técnico, na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.
- e. Para empreendimentos geradores e/ou operadores de resíduos perigosos, conforme critérios estabelecidos nos arts. 68 e 70 do Decreto Federal nº 10.936/2022: demonstrações financeiras do último exercício social; a certidão negativa de falência; e a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos.
- f. No caso de ter ocorrido ampliação/alteração, arquivo no formato shapefile (.shp) com o polígono georreferenciado da área do empreendimento (área licenciada), na projeção UTM (zona 22S) e datum SIRGAS2000.
- g. No caso de ter ocorrido ampliação/alteração, apresentar planta georreferenciada em formato GeoPDF (sistema de projeção UTM Zona 22S, datum SIRGAS 2000) que contenha: (i) a área de intervenção do empreendimento (área licenciada); (ii) as unidades constituintes do empreendimento; (iii) os pontos de monitoramento e/ou coleta de amostras dos planos e programas ambientais; (iv) e as áreas de restrição ambiental existentes devidamente identificadas (como APP, reserva legal, área verde, área de uso restrito, área de manutenção, servidão ambiental, unidades de conservação, processos judiciais, etc.). A planta deve possuir escala e legendas adequadas, além de conter quadro de áreas (m<sup>2</sup>) das informações representadas.
- h. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(is) habilitado(s) pela confecção do arquivo no formato shapefile e da planta georreferenciada (GeoPDF) do empreendimento.
- i. Documentação de responsabilidade técnica, emitida pelo conselho de classe, do(s) profissional(ais) habilitado(s) pelo acompanhamento da atividade e seus controles ambientais após a renovação da LAU na qual estejam descritas claramente as atividades realizadas.

**Tabela de controle de versões da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65**

Versão	Publicação no DOE	Processo SGPe	Principais Modificações
outubro/2025	-	-	-
fevereiro/2020	nº 21185 de 21/01/2020	-	-
maio/2014	nº 19825 de 28/05/2014	-	Instruções Gerais e a retificação dos Anexos 1, 2, 3, 4 e 5.
março/2013	nº 19542 de 26/03/2013	-	-
outubro/2012	nº 19460 de 19/11/2012	-	-